



Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas

30 DE JUNHO DE 2023

Relatório da Administração

Em atendimento à resolução nº 02/2020 do Banco Central do Brasil ("BACEN"), a Administração do Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Companhia" ou "Mercado Crédito SCFI S.A.") tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao semestre findo de 30 de junho de 2023.

A criação da Mercado Crédito SCFI S.A. tem por objetivo oferecer crédito por meio digital aos comerciantes e consumidores do Mercado Livre e usuários da instituição de Pagamento Mercado Pago, utilizando a sinergia das plataformas existentes do *marketplace* e meios de pagamentos. Esta solução é utilizada tanto para as operações realizadas no domínio MercadoLivre.com (online) como para outras plataformas de e-commerce (off-line).

A Administração reforça a oportunidade de democratizar o acesso ao crédito no país e ao comércio eletrônico através da oferta de produtos que busque complementar seus negócios, expandir o relacionamento e melhorar ainda mais a experiência de seus clientes provendo inclusão financeira de forma rápida, eficiente e segura.

A vantagem competitiva da Companhia está no *marketplace* Mercado Livre e a plataforma de pagamentos do Mercado Pago que formam um ecossistema maduro, de porte e com um número significativo de usuários (empresas e pessoas), fortalecendo o engajamento dos clientes e trazendo soluções financeiras de ponta a ponta.

O plano de negócio da Mercado Crédito SCFI S.A. prevê constante crescimento no volume de transações realizadas, bem como a possibilidade de lançamento de novos produtos.

Em 09 de novembro de 2020, a Companhia recebeu a autorização do BACEN para atuar como sociedade de crédito, financiamento e investimento de acordo com a publicação no Diário Oficial da União.

A Administração da Companhia atesta que tem capacidade econômica e financeira de fazer frente a todas as suas obrigações e executa suas operações conforme os objetivos estratégicos estabelecidos no plano de negócios da companhia.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Osasco, 28 de agosto de 2023.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Cotistas do
Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.
São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Rui Borges', written over a light blue circular stamp or watermark.

Rui Borges
Contador CRC-SP207135/O

MERCADO CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores em R\$ mil)**

	<u>Notas</u>	<u>30/06/23</u>	<u>31/12/22</u>
ATIVO			
Disponibilidades	4	738	2.590
Instrumentos financeiros		6.097.980	7.204.170
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	43.802	297.839
Títulos e valores mobiliários	5	3.862.600	4.743.393
Operações de crédito	6	1.844.590	1.576.455
Outros Ativos a Receber	7	346.988	586.483
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(1.138.942)	(1.105.877)
Outros créditos		42.511	65.059
Impostos e contribuições a compensar		42.511	65.059
Ativos fiscais diferidos	13	414.037	340.597
TOTAL DO ATIVO		5.416.324	6.506.539
PASSIVO			
Instrumentos financeiros		4.887.587	5.969.339
Depósitos	8	3.991.115	5.199.860
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	8	637.495	588.406
Outros passivos diversos	9.a	258.977	181.073
Outras obrigações	9.b	9.107	7.783
Impostos e contribuições a recolher		9.107	7.783
Obrigações fiscais diferidas	13	277	120
TOTAL DO PASSIVO		4.896.971	5.977.242
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	10	1.115.000	1.015.000
Capital social		1.115.000	1.115.000
Capital social à realizar		-	(100.000)
Outros resultados abrangentes		416	179
Prejuízos acumulados		(596.063)	(485.882)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		519.353	529.297
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.416.324	6.506.539

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MERCADO CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022
(Valores em R\$ mil, exceto o prejuízo por ação)

	<u>Notas</u>	<u>30/06/23</u>	<u>30/06/22</u>
Receita de intermediação financeira		755.973	578.409
Rendas de operações de crédito		396.336	317.623
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		359.562	260.786
Resultado de variação cambial		75	-
Despesa de intermediação financeira		(410.861)	(284.080)
Despesas com juros e similares		(410.861)	(284.080)
Resultado de intermediação financeira antes da provisão associadas a operações de crédito		345.112	294.329
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(556.683)	(554.422)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	11	(211.571)	(260.093)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		27.950	(42.780)
Receitas de prestação de serviços		175.563	-
Despesas de pessoal		(24.151)	(16.055)
Outras despesas administrativas	12.a	(527)	(788)
Despesas tributárias	12.b	(25.800)	(13.848)
Outras despesas operacionais	12.c	(97.135)	(12.089)
RESULTADO OPERACIONAL		(183.621)	(302.873)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		(183.621)	(302.873)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13	73.440	120.381
Imposto de renda corrente		-	(21.786)
Contribuição social corrente		-	(13.103)
Imposto de renda e contribuição social diferido		73.440	155.270
PREJUÍZO DO SEMESTRE		(110.181)	(182.492)
Quantidade de ações		1.115.000.000	465.000.000
Prejuízo básico e diluído por ação		(0,10)	(0,39)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MERCADO CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022
Valores em R\$ mil

	<u>30/06/23</u>	<u>30/06/22</u>
Prejuízo do semestre	(110.181)	(182.492)
Outros resultados abrangentes		
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Resultado de avaliação a valor justo de títulos disponíveis para venda	237	160
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	394	261
Imposto sobre valor justo dos títulos disponíveis para venda	(157)	(101)
Varição de outros resultados abrangentes	237	160
Resultado abrangente líquido do semestre	(109.944)	(182.332)

MERCADO CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 E EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Valores em R\$ mil

	Notas	Capital Realizado	Aumento de Capital	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízo Acumulado	Total
<u>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</u>		<u>165.000</u>	<u>-</u>	<u>67</u>	<u>(48.880)</u>	<u>116.187</u>
Ajustes ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		-	-	160	-	160
Aumento de capital	10	300.000	-	-	-	300.000
Prejuízo do semestre		-	-	-	(182.492)	(182.492)
<u>SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2022</u>		<u>465.000</u>	<u>-</u>	<u>227</u>	<u>(231.372)</u>	<u>233.855</u>
<u>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</u>		<u>1.115.000</u>	<u>(100.000)</u>	<u>179</u>	<u>(485.882)</u>	<u>529.297</u>
Ajustes ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		-	-	237	-	237
Aumento de capital	10	-	100.000	-	-	100.000
Prejuízo do semestre		-	-	-	(110.181)	(110.181)
<u>SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2023</u>	10	<u>1.115.000</u>	<u>-</u>	<u>416</u>	<u>(596.063)</u>	<u>519.353</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MERCADO CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022

Valores em R\$ mil

	30/06/23	30/06/22
Prejuízo do semestre	(110.181)	(182.492)
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	556.683	554.423
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(73.440)	(155.270)
Total ajustes de reconciliação	373.062	216.661
Aumento/Redução nos ativos e passivos operacionais		
Títulos e valores mobiliários	881.187	(1.357.930)
Operações de crédito	(791.754)	(721.170)
Outros créditos e outros ativos a receber	262.043	(236.405)
Depósitos	(1.208.745)	1.589.939
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	49.089	32.390
Outras obrigações e passivos diversos	79.228	86.094
Impostos de renda e contribuição social pagos	-	(73.257)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(355.889)	(463.678)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Capital Integralizado	100.000	300.000
Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento	100.000	300.000
Diminuição e aumento de caixa e equivalentes de caixa	(255.889)	(163.678)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	300.429	164.313
No final do semestre	44.540	635
DIMINUIÇÃO E AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(255.889)	(163.678)

MERCADO CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Companhia" ou "SCFI") é uma sociedade anônima fechada inscrita no CNPJ 37.679.449/0001-38. A Companhia tem sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 3.003, Parte G, Bonfim, CEP 06233-903 e pode, por deliberação da diretoria, criar, transferir ou encerrar filiais, sucursais, agências, escritórios ou quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do Brasil ou no exterior, em conformidade com a legislação aplicável. A Companhia tem por objeto social a prática de todas as atividades e operações ativas, passivas e acessórias permitidas pelas leis e demais normas aplicáveis as entidades do seu escopo, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil. O plano de negócio da SCFI é oferecer crédito de forma digital para pessoas jurídicas e pessoas físicas que já sejam usuárias da plataforma de marketplace do Mercado Livre e da instituição de pagamento Mercado Pago. Basicamente, a oferta de crédito para tais clientes será feita em duas modalidades: capital de giro e crédito direto ao consumidor. O prazo de duração da Companhia é indeterminado. A Companhia terá como controlador final a MercadoLibre.INC, sediada nos Estados Unidos da América, inscrita no CNPJ: 05.528.233/0001-85.

A Companhia foi constituída em 24 de abril de 2020 e obteve, em 09 de novembro de 2020, a autorização para atuar como instituição de crédito, financiamento e Investimento, concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), conforme publicação no Diário Oficial da União. Desta forma, em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar os procedimentos aplicáveis, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com os critérios determinados pelo BACEN.

A Companhia registrou prejuízo líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e semestre findo em 30 de junho de 2023, entretanto, a entidade opera no contexto operacional do conglomerado Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda. formando parte do conjunto de decisões estratégicas do Grupo MercadoLibre.INC.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("BACEN"), quando aplicáveis. A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF") e os pronunciamentos contábeis aprovados pelo BACEN.

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contábeis adotados no Brasil, exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas no seu melhor julgamento, que afetam os montantes registrados de certos ativos e passivos (financeiros ou não), receitas, despesas e outras transações, tais como: i) valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; ii) provisão para créditos; e iii) reconhecimento de créditos tributários, entre outros. A liquidação das transações envolvendo esses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação.

Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, a Companhia considerou o disposto na resolução do BACEN nº 02. A apresentação dos ativos e passivos é realizada exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A segregação de circulante e não circulante está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Administração em 28 de Agosto de 2023.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é reconhecido pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001 e levam em consideração a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Negociação:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no Ativo Circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado;
- **Disponíveis para venda:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("accrual") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor justo ainda não realizados são reconhecidas em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, são reconhecidos na data de negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido; e
- **Mantidos até o vencimento:** nesta categoria são classificados os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os declínios no valor justo dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no Resultado como perdas realizadas.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários e derivativos é efetuada periodicamente de acordo com as diretrizes estabelecidas pela SCFI, levando em consideração a intenção e a capacidade financeira da Companhia, observados os procedimentos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

d) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação entre participantes de mercado na data da sua mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos e passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar são observáveis ou não observáveis.

Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações de Nível 2 são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações de Nível 3 são dados não observáveis para o ativo ou passivo. Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração. Contudo, o objetivo da mensuração do valor justo permanece o mesmo, ou seja, preço de saída na data de mensuração do ponto de vista do participante do mercado que detém o ativo ou deve o passivo.

e) Operações de créditos

A carteira de crédito inclui as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço.

f) Provisão para perdas associadas a operações de crédito

A análise da provisão para perdas associadas a operações de crédito concedidas pela SCFI é realizada a partir da avaliação da classificação do atraso, de forma individual ou coletiva, estabelecida na Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN. A Administração exerce seu julgamento na avaliação da adequação dos montantes de perda esperada resultantes de modelos, conforme sua experiência.

g) Depósitos

Os depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos são reconhecidos com base em seu valor inicial, acrescidos dos juros e encargos financeiros incorridos até a data do balanço, calculados em base "pro rata temporis".

h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009 da seguinte forma:

- Ativos contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob o controle da Companhia. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras e sim, divulgado caso a realização do ganho seja provável. Quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o mesmo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido;
 - Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar esta obrigação não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida, mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota.
- Também se caracterizam como passivos contingentes as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração com base nas melhores estimativas, levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhecem uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão nem divulgação.
- Em 30 de junho de 2023 a Companhia não possui valores de contingências.

i) Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

- Correntes: a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O regime de apuração adotado pela Companhia é o lucro real.
 - Diferidos: os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças dedutíveis temporariamente, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. A alíquota vigente para as operações é de 40%, devida pelas pessoas jurídicas no País sobre lucros tributáveis, conforme previsto na legislação tributária desta jurisdição.
- Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" diretamente no Patrimônio Líquido.

j) Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

l) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

m) Resultados por ação

O resultado por ação da Companhia é calculado dividindo-se o resultado líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações totais no final do semestre.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de Caixa

	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Disponibilidades - Depósitos bancários	738	2.590
Aplicações Interfinanceiras de liquidez (i)	43.802	297.839
Total	<u>44.540</u>	<u>300.429</u>

(i) São aplicações em operações compromissadas, sendo operações overnight com prazo médio de vencimento até 30 dias. As operações compromissadas são com títulos públicos federais, pré fixadas e possuem taxa fixa entre 13,30% à 13,65%.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 os títulos e valores mobiliários foram classificados como "Disponível para Venda":

	<u>30.06.2023</u>		<u>31.12.2022</u>
	Custo Amortizado	Valor de Mercado	Valor de mercado
Títulos de Renda Fixa			
Títulos privados	3.576.559	3.576.559	4.475.362
Cédulas de crédito bancário - CCB (i)	3.576.559	3.576.559	4.475.362
Títulos públicos	285.347	286.041	268.031
Letra Financeira do Tesouro - LFT	285.347	286.041	268.031
Total	<u>3.861.906</u>	<u>3.862.600</u>	<u>4.743.393</u>

(i) As cédulas de crédito bancário são emitidas pela parte relacionada Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda. Vide nota 14.

(d) Classificação da provisão por fator de risco das operações de crédito:

Nível	30.06.2023			
	%Provisão Mínima Requerida	Requerida	Adicional	Total
C	3%	(13.775)	(21.336)	(35.111)
D	10%	(18.158)	(2.110)	(20.268)
E	30%	(20.847)	(6.384)	(27.231)
F	50%	(36.627)	(7.073)	(43.700)
G	70%	(345.686)	(99.565)	(445.251)
H	100%	(567.381)	-	(567.381)
Total		(1.002.474)	(136.468)	(1.138.942)

Nível	31.12.2022			
	%Provisão Mínima Requerida	Requerida	Adicional	Total
C	3%	(9.371)	(15.181)	(24.552)
D	10%	(7.203)	(1.415)	(8.618)
E	30%	(16.106)	(5.526)	(21.632)
F	50%	(34.461)	(5.945)	(40.406)
G	70%	(369.725)	(99.700)	(469.425)
H	100%	(541.244)	-	(541.244)
Total		(978.110)	(127.767)	(1.105.877)

Para gestão do risco de crédito, a Companhia utiliza modelos internos de avaliação das suas operações de crédito. A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente. A provisão requerida segue com base a Resolução 2.682/99 do CMN.

(e) Movimentação da Provisão para Perdas associadas ao Risco de Crédito

	30.06.2023	31.12.2022
Saldo Inicial 31.12.2022	(1.105.877)	(123.427)
Constituições/Recuperações/renegociação de crédito	(556.683)	(1.146.128)
Baixas para prejuízo	523.619	163.679
Saldo Final 30.06.2023	(1.138.942)	(1.105.877)

7. OUTROS CRÉDITOS

	30.06.2023	31.12.2022
Valores a receber – Ligadas (i)	319,893	547,102
Outros créditos (i)	27,095	39,381
Total	346.988	586.483
Outros Créditos – Circulante	346.988	586.483

(i) São constituídos pelos valores a receber com ligadas e outros créditos a receber referente à operações de crédito que estão em processo de liquidação financeira junto aos bancos liquidantes e ligadas. Vide nota 14.

8. DEPÓSITOS

(a) Composição dos depósitos:

	30.06.2023	31.12.2022
Certificado Depósito Interfinanceiro - CDI	100,054	235,168
Certificado Depósito Bancário - CDB	3.891,061	4.964,692
Letra Financeira - LF	637,495	588,406
Total	4.628.610	5.788.266
Circulante	4.557.409	5.630.631
Não circulante	71.201	157.635

(b) Composição dos depósitos por prazo de vencimento:

	30.06.2023			
	Até 3 Meses	De 3 meses a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Certificado Depósito Interfinanceiro - CDI (i)	100,054	-	-	100,054
Certificado Depósito Bancário - CDB (ii) (iv)	2.686,555	1.140,389	64,117	3.891,061
Letra Financeira - LF (iii)	629,208	1,202	7,084	637,495
Total	3.415.818	1.141.591	71.201	4.628.610

	31.12.2022			
	Até 3 Meses	De 3 meses a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Certificado Depósito Interfinanceiro - CDI (i)	235,168	-	-	235,168
Certificado Depósito Bancário - CDB (ii) (iv)	2.962,402	1.845,778	156,512	4.964,692
Letra Financeira - LF (iii)	-	587,283	1,123	588,406
Total	3.197.570	2.433.061	157.635	5.788.266

(i) Em 30 de junho de 2023, os certificados de depósitos interfinanceiros são indexados a percentuais da taxa referencial de juros (DI) de 107,04% a.a..

(ii) Em 30 de junho de 2023, os certificados de depósitos bancário pós fixados são indexados a percentuais da taxa referencial de juros (DI) que variam entre 97% a 150%a.a.. Os certificados de depósitos pré fixados, as taxas de juros variam entre 13.35% à 14.7% a.a..

(iii) Em 30 de junho de 2023, as letras financeiras são indexados a 100% do percentual da taxa referencial de juros (DI) mais taxa nominal pré fixada que varia de 0,95% à 1,4% a.a..

(iv) Em 30 de junho de 2023, a Mercado Crédito possui emissão de CDB no montante de R\$1,110 (Em 31 de dezembro de 2022 - R\$1,044) com parte relacionada, Vide nota 14.

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES E PASSIVOS

a) Diversas

	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Valores a pagar de sociedades ligadas (i)	257,466	179,824
Credores diversos - país	250	1,249
Provisão para pagamentos a efetuar	1,261	-
Total	258.977	181.073

b) Fiscais e previdenciárias

	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Impostos e contribuições a recolher	9,107	7,783
Total	9.107	7.783

c) Total de outras obrigações e passivos

	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Circulante	268.084	188.856

(i) São constituídos por valores a pagar de curto prazo a entidades ligadas, substancialmente referente a repasse de liquidação da carteira de crédito. Vide nota 14.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia é de R\$ 1.115.000 representados por 1.115.000.000 ações no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, sendo, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$1.115.000. São assim distribuídas:

	<u>%</u>	<u>30.06.2023</u>	<u>%</u>	<u>31.12.2022</u>
Mercado Crédito Holding Financeira Ltda	50,01%	557.611.500	50,01%	557.611.500
Mercadopago, LLC	49,99%	557.388.500	49,99%	557.388.500
Total	100%	1.115.000.000	100%	1.115.000.000

Em AGE de 24 de fevereiro de 2022, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social da SCFI, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$300.000 mediante a emissão de 300.000.000 de ações. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 11 de março de 2022.

Em AGE de 05 de julho de 2022, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social da SCFI, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$150.000 mediante a emissão de 150.000.000 de ações. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 03 de agosto de 2022.

Em AGE de 31 de outubro de 2022, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social da SCFI, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$500.000 mediante a emissão de 500.000.000 de ações sendo totalmente subscrito nesta data. Deste montante, foram totalmente integralizado R\$400.000 e 100.000 deverão ser integralizadas no prazo de até 1 ano. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 13 de dezembro de 2022.

Em 26 de abril de 2023, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social da SCFI a integralização e subscrição das 100.000 cotas que estavam pendentes a integralizar até esta presente data.

11. RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	359,562	260,786
Rendas de operações de crédito	396,336	317,623
Resultado de variação cambial	75	-
Despesas com juros e similares (i)	(410,861)	(284,080)
Perdas e provisão associadas a operações de crédito (ii)	(556,683)	(554,422)
Total	(211.571)	(260.093)

(i) Em 30 de junho de 2023, as despesas com o Fundo Garantidor de Crédito são no montante de R\$ 6.172.

(ii) Em 30 de junho de 2023, as despesas com as perdas associadas as operações de crédito são no montante de R\$ 523.619 (R\$ 487 em 2022).

12. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras despesas administrativas

	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
Despesa com processamento de dados (i)	(166)	(304)
Despesa com serviços técnicos especializados	(147)	(343)
Outras despesas administrativas	(181)	(141)
Total	(527)	(788)

(i) Trata-se especificamente de licenças e manutenção com sistemas de processamento de dados.

b) Despesas tributárias

	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
Despesa de contribuição ao COFINS	(22.077)	(11.379)
Despesa de contribuição ao PIS/PASEP	(3.587)	(1.849)
Outras despesas tributárias	(136)	(620)
Total	(25.800)	(13.848)

c) Outras despesas operacionais

	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
Outras despesas operacionais (i)	(97.135)	(12.089)

(i) Tratam-se substancialmente de serviços de cobranças de crédito, rateio de custos entre as empresas do mesmo conglomerado e multas e custos com prevenção a fraude relacionados a operação.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL registrada no prejuízo do período.

	30.06.2023	30.06.2022
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(183.621)	(302.873)
Alíquota vigente	40%	40%
Despesa de IRPJ e CSLL de acordo com alíquota vigente	73.449	121.149
Efeito de itens permanentes		
Outras adições e exclusões	(9)	(768)
Despesa de IRPJ e CSLL	73.440	120.381

b) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos:

	31.12.2022	Constituição e Realização	30.06.2023
Impostos diferidos ativos sobre:			
Provisão para perdas associadas a operações de crédito e prejuízo fiscal	340,597	73,089	413,686
Contas a pagar – provisões	-	351	351
Outras Provisões - MTM	(120)	(157)	(277)
Total	340.477	73.283	413.760
Ativo Fiscal Diferido Ativo	340,597	73,440	414,037
Passivo Fiscal Diferido Passivo	(120)	(157)	(277)
Total	340.477	73.283	413.760

c) Prazo de realização do crédito tributário:

	2024	Total
Saldo do IRPJ e da CSLL diferidos	413,760	413,760

O valor presente dos créditos tributários em 30 de junho de 2023 é de R\$363,745 (R\$299,320 em 2022).

14. PARTES RELACIONADAS

Em 30 de junho de 2023, a SCFI manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

	30.06.2023			
	Valores a Receber	Valores a Pagar	Receitas	Despesas
Ebazar.com.br Ltda.	-	(176)	-	-
Mercadolivre.com Atividades de Internet Ltda.	-	(3.838)	-	(28.319)
Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda. (i)	3.896,452	(247,089)	334,484	(53,931)
Mercado Crédito Holding Financeira Ltda.	-	(147)	-	-
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Arandu	-	(1,110)	-	(66)
Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - FIM	-	-	-	(27,715)
Mercado Crédito II Brasil FIDC Nao Padronizados - FIDC CITI	-	(6,217)	-	-
Mercado Credito Fundo De Investimento Em Direitos Creditorios Nao Padronizados - NP	-	-	-	(5,621)
Total	3.896.452	(258.576)	334.484	(115.652)

(i) Tratam-se de valores a receber com ligadas no montante de R\$319,893 (Em 31 de dezembro de 2023 - R\$547,102 - vide nota 7) e cédula de crédito bancário no valor de R\$3.576.559 (vide nota 5). Não houve remuneração paga aos administradores na SCFI no período findo de 30 de junho de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

	31.12.2022			
	Valores a Receber	Valores a Pagar	Receitas	Despesas
Ebazar.com.br Ltda.	-	(273)	-	(3,196)
Mercadolivre.com Atividades de Internet Ltda.	-	(5,267)	-	(44,098)
Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda. (i)	5,022,464	(174,138)	276,357	(167,014)
Mercado Crédito Holding Financeira Ltda.	-	(146)	-	-
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Arandu	-	(1,044)	-	(77)
Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - FIM	-	-	-	(495)
Mercado Credito Fundo De Investimento Em Direitos Creditorios Nao Padronizados - NP	-	-	-	(6,744)
Total	5.022.464	(180,868)	276.357	(221,624)

As operações com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais ou apresentam outras desvantagens.

15. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Conforme quadro abaixo, os instrumentos financeiros foram classificados em 30 de junho de 2023 através de hierarquia utilizando o método de mensuração dos ativos:

Ativo	30.06.2023			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações interfinanceiras de liquidez	43.802	-	-	43.802
Letras Financeiras Do Tesouro - LFT	40.006	-	-	40.006
Nota do Tesouro Nacional - NTN	3.796	-	-	3.796
Títulos e Valores Mobiliários	286.041	3.576.559	-	3.862.600
Títulos privados	-	3.576.559	-	3.576.559
Cédulas de crédito bancário - CCB	-	3.576.559	-	3.576.559
Títulos públicos	286.041	-	-	286.041
Letra Financeira do Tesouro - LFT	286.041	-	-	286.041
Total	329.843	3.576.559	-	3.906.402

Ativo	31.12.2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações interfinanceiras de liquidez	297.839	-	-	297.839
Letras Financeiras Do Tesouro - LFT	95.806	-	-	95.806
Nota do Tesouro Nacional - NTN	202.033	-	-	202.033
Títulos e Valores Mobiliários	268.031	4.475.362	-	4.743.393
Títulos privados	-	4.475.362	-	4.475.362
Cédulas de crédito bancário - CCB	-	4.475.362	-	4.475.362
Títulos públicos	268.031	-	-	268.031
Letra Financeira do Tesouro - LFT	268.031	-	-	268.031
Total	565.870	4.475.362	-	5.041.232

No primeiro semestre findo de 2023 e no exercício findo de 2022 não ocorreram transferências entre níveis de mensuração dos instrumentos financeiros.

16. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL E DE RISCOS

Gerenciamento da estrutura de capital e riscos

Visando o atendimento à Resolução CMN 4.557/17, a Companhia adotou uma estrutura de gerenciamento de capital e riscos que é compatível com a natureza das atividades das Instituições e com a complexidade dos serviços que são oferecidos, permitindo que os principais riscos (Liquidez, Crédito, Mercado e Operacional) sejam identificados, mensurados, monitorados, controlados e mitigados.

A instituição possui uma política corporativa de Riscos, a qual engloba o apetite por risco (RAS) e define a estrutura e as diretrizes a serem adotadas por toda empresa, conforme exigido pelos reguladores locais. O Apetite por Riscos (RAS) é uma definição realizada pela alta administração, de modo a determinar o nível máximo e o tipo de risco que a instituição está disposta a assumir, considerando o nível de gestão de risco atual. Para alcançar os objetivos estratégicos.

A gestão de riscos busca identificar, analisar, mensurar, gerenciar e comunicar os riscos financeiros relevantes da Instituição por meio de um conjunto de métricas e limites, combinando modelos complementares de avaliação, buscando capturar uma visão ampla das perdas financeiras ou insuficiência de capital a qual a Instituição está sujeita. A gestão de riscos da Instituição possui uma estrutura de governança e acompanhamento de riscos por meio do estabelecimento do Comitê de Riscos e Compliance.

Mais informações podem ser encontradas no Relatório de Gerenciamento de Risco, publicado em nosso site (<https://www.mercadopago.com.br/informacoes-adicionais>).

Risco operacional

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos relacionados a: I - fraudes internas; II - fraudes externas; III - demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; IV - práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; V - danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição; VI - situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição; VII - falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); VIII - falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição.

Foram desenvolvidas ações visando à implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com Resolução CMN 4.557/17, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e a política de risco operacional, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, os relatórios de gerenciamento do risco operacional e o processo de disclosure.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não ser capaz de: i) não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e ii) a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos diários para avaliação do nível de liquidez frente os fluxos de caixa futuros em diferentes horizontes de tempo e considerando cenários de estresse ou sistêmicos.

Risco de mercado

Busca mensurar o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, verificando continuamente a aderência às políticas e limites preestabelecidos, e dentre as métricas autorizadas pelo Banco Central do Brasil para a gerenciamento do IRRBB e risco de taxa a instituição, utiliza como principais metodologias para gestão do risco a sensibilidade do DeltaEve e o Var Paramétrico. Os resultados são apresentados mensalmente pela área de riscos financeiros através em um dashboard reportado para a alta gestão local e corporativa e as principais variações e limites de controles são discutidos em reunião com as principais áreas envolvidas, procurando sempre proteger a instituição das volatilidade do mercado que possam afetar sua exposição ao IRRBB.

Risco de crédito

Definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a: i) ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; ii) à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; iii) às vantagens concedidas na renegociação e iv) à reestruturação de instrumentos financeiros; e aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O risco primário da atividade resume-se à possibilidade de inadimplência da operações de Cartão de Crédito. A estrutura de gerenciamento de riscos prevê limites para a realização de operações sujeitas ao risco de crédito, em aderência à resolução CMN 4.677/18, e limites para concessão de crédito à Partes Relacionadas, em aderência à resolução 4.693/18. A estrutura possui também procedimentos destinados a identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de crédito e procedimentos para a recuperação de créditos. A gestão de risco de crédito tem como objetivo garantir níveis adequados de exposição creditícia, tanto a nível de contraparte quanto a nível de segmentação e portfólio, buscando minimizar perdas e assegurar uma alocação eficiente dos recursos, proporcionando maior solidez e solvência à Instituição.

Gestão de Capital

Tem como objetivo prever o capital necessário para manter as operações da instituição, assim como para suportar o seu crescimento, por meio de planejamento de fontes de capital, mantendo os valores de Patrimônio de Referência ("PR") e demais limites de capital em valores compatíveis aos requerimentos mínimos estabelecidos. Assim, os limites operacionais para a SCFI em 30 de junho de 2023 ficaram distribuídos conforme abaixo:

	30.06.2023	31.12.2022
Patrimônio de Referência (PR)	519.352	469.086
Nível I	519.352	469.086
Capital Principal	519,352	469,086
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.479.371	1.073.301
Risco de Crédito (RWA Cpad)	993,044	783,441
Risco Operacional (RWA Opad)	486,327	289,860
PR Mínimo Requerido	118.350	85.864
Margem PR	401.002	383.222
Índice de Basileia	35,11%	43,71%
Margem PR considerando RBAN	358.163	343.410

17. RESULTADOS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício ou semestre aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No semestre findo em 30 de junho de 2023, a Companhia não possui valores de resultados não recorrentes.

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 04 de agosto de 2023 a entidade contratou um empréstimo no montante de R\$770.560 (US\$ 160.000 em moeda estrangeira), com um contrato de derivativo embutido (Swap) para proteger a exposição cambial com os mesmos indexadores do seu item protegido. O prazo deste empréstimo é de curto prazo (360 dias).

19. OUTROS ASSUNTOS

A companhia está estudando os impactos previstos pela implementação da regulamentação estabelecida pelas Resoluções BCB nº 4.966 de 25/11/2021. A referida Resolução estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças estão a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito.

O Plano de Implementação dos referidos normativos está segregado em três pilares:

- (i) Organização e Governança: Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação;
- (ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e
- (iii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período até o final do exercício de 2024, sendo que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.

DocuSigned by:

Tiago Azevedo

FE0E7B09F7014D0...

Tiago Azevedo
Responsável Legal

DocuSigned by:

Gabriel Parreira

C430E001C3134E2...

Gabriel Parreira Faustino Da Silva
Contador CRC-1SP301017/O-4